

ENTRE RECONHECIMENTO E CONTROLE: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE O PROGRAMA PÉ DE MEIA LICENCIATURAS

HANICA DINIZ PEREIRA¹ e KARLA CAETANO FERREIRA²;
MARI CRISTINA DE FREITAS FAGUNDES³

*Universidade Federal de Pelotas – hanica.dp@gmail.com e adv.karlaferreira@hotmail.com
Universidade Federal de Pelotas – mari.fagundes@ufpel.edu.br*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo problematizar o Programa Pé de Meia Licenciaturas a partir de uma perspectiva sociológica e jurídica, destacando seus impactos na valorização da docência e na democratização do acesso ao ensino superior. O estudo insere-se na área da Sociologia da Educação e busca compreender as diferentes racionalidades que permeiam esta política pública, tendo em vista seus pressupostos baseados na meritocracia e na gestão para a resultados. O trabalho é fruto da dissertação de mestrado desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas.

O Programa Pé-de-Meia Licenciaturas, instituído pelo Decreto nº 12.358, de 14 de janeiro de 2025, no âmbito da política federal Mais Professores para o Brasil e executado pela CAPES, constitui-se como uma ação inédita de fomento à formação docente no país. Destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de licenciatura, o programa prevê a concessão de bolsas no valor de R\$ 1.050,00 mensais, sendo R\$ 700,00 de acesso imediato e R\$ 350,00 depositados em poupança, articulando, assim, incentivo financeiro e estímulo à permanência acadêmica. A iniciativa se fundamenta na perspectiva de valorização da carreira docente como estratégia para a redução das desigualdades educacionais e para a consolidação de um sistema educacional mais equitativo. Nesse sentido, ao buscar atrair e reter estudantes com alto desempenho, o Pé-de-Meia Licenciaturas representa não apenas um investimento na formação inicial, mas também um passo significativo para a construção de políticas públicas de longo prazo voltadas à sustentabilidade da profissão docente no Brasil.

Como aporte teórico, mobiliza-se a teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2003), pois constitui importante chave interpretativa para esta análise, uma vez que evidencia a centralidade do amor, do direito e da solidariedade como esferas de reconhecimento fundamentais ao desenvolvimento humano e à valorização profissional. Do mesmo modo, o conceito de governamentalidade de Michel Foucault (2008), o qual permite problematizar o programa enquanto instrumento de regulação de condutas e gestão populacional. A discussão também se articula às reflexões de Marion Fourcade e Kieren Healy (2007) acerca da moralização dos mercados, fundamentais para compreender a lógica de incentivo que estrutura a política.

Diante disso, o objetivo do trabalho é refletir sobre como o Programa Pé de Meia Licenciaturas opera simultaneamente como estratégia de reconhecimento jurídico, instrumento de regulação social e expressão de moralidade de mercado, impactando a formação docente no Brasil.

2. METODOLOGIA

O estudo tem caráter teórico e analítico, fundamentado em revisão da literatura (Dorsa, 2020), uma vez que esta pesquisa por se encontrar em fase inicial, busca compreender o que autores e autoras da área vêm discutido no campo da sociologia da educação, especialmente, sobre o Programa Pé de Meia Licenciaturas. Além da revisão da literatura, para o adensamento teórico e construção das lentes analíticas, foram utilizadas como principais referências a teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2003), o conceito de governamentalidade de Michel Foucault (2008) e as contribuições de Marion Fourcade e Kieren Healy (2007) sobre a moralização dos mercados.

Ademais, buscou-se compreender as condições de emergência do Decreto que institui o Programa Pé de Meia Licenciaturas e de documentos oficiais do Ministério da Educação. A partir desse referencial, buscou-se problematizar como a política pública se estrutura, quais seus efeitos de reconhecimento simbólico e jurídico, e de que forma pode ser interpretada sociologicamente como dispositivo de governo e moralização da docência.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por tratar-se de uma pesquisa em desenvolvimento, os resultados ainda são parciais. Por outro lado, foi possível evidenciar que o Programa Pé de Meia Licenciaturas apresenta avanços significativos no reconhecimento jurídico da formação docente, ao garantir auxílio financeiro para permanência estudantil. Esse reconhecimento relaciona-se ao direito constitucional à educação (CF/88, art. 205) e à igualdade material (CF/88, art. 5º, I) (Brasil, 1998), funcionando como política afirmativa de democratização do acesso ao ensino superior.

No entanto, como adverte Axel Honneth (2003), o reconhecimento jurídico é insuficiente sem o devido fortalecimento das dimensões da solidariedade, reconhecimento e do amor. Diante disso, é possível identificar que mesmo havendo estratégias para a permanência de estudantes nas licenciaturas, o reconhecimento não ocorre unicamente por essa via. Assim, a valorização simbólica da docência permanece frágil, visto que ainda não se traduz em condições de trabalho dignas, carreira sólida e reconhecimento social efetivo.

Sob a ótica foucaultiana (Foucault, 2008), o programa pode ser compreendido como uma estratégia biopolítica, regulando condutas a partir de incentivos financeiros e, precisamente, ao construir políticas de subjetivação que focam no empresariamento dos sujeitos (Costa, 2009). Ao condicionar a permanência estudantil a critérios meritocráticos (desempenho, frequência e conclusão), o Estado opera à distância, moldando subjetividades e gerindo o risco de evasão docente por meio de técnicas de incentivo e concorrência.

Além disso, nota-se que o programa se insere em um processo de moralização dos mercados públicos (Fourcade, Healy, 2007), no qual a escolha pela docência é recompensada financeiramente – mesmo que a curto prazo, vez

que se traduz em uma bolsa —, transformando-se em uma transação de mercado. Isso gera o risco de reduzir a docência a uma atividade instrumental, valorizada pela eficiência e produtividade, e não como prática social crítica e transformadora.

Portanto, a análise sociológica demonstra que, embora o Programa Pé de Meia Licenciaturas seja interpretado como uma inovação na contenção da evasão estudantil, é importante destacar que seu propósito inicial não está centrado nesse aspecto, mas na valorização da carreira docente, segundo prevê o decreto que o implementou. O apoio financeiro visa, sobretudo, conferir reconhecimento à escolha pela docência, atribuindo-lhe legitimidade e prestígio social. A associação entre valorização profissional e redução da evasão decorre, nesse sentido, de um efeito indireto: ao tornar a licenciatura mais atrativa e socialmente reconhecida, aumenta-se também a permanência dos estudantes.

Dessa forma, trata-se, de um arranjo no qual o incentivo econômico opera como estratégia de reconhecimento jurídico e simbólico, mas que simultaneamente funciona como mecanismo biopolítico de governamentalidade, nos termos discutidos por Michel Foucault (2008), moldando trajetórias individuais a partir de critérios meritocráticos. Nesse movimento, a política corre o risco de reforçar subjetividades docentes alinhadas ao ethos da eficiência, em detrimento da pluralidade de projetos de formação crítica e emancipatória.

4. CONCLUSÕES

Embora a pesquisa esteja em andamento, é possível apontar algumas conclusões parciais diante do levantamento realizado até esta etapa da pesquisa: o Programa Pé de Meia Licenciaturas representa um avanço relevante na democratização do acesso e permanência estudantil, configurando-se como importante instrumento de reconhecimento jurídico da docência. Contudo, esse reconhecimento permanece parcial, pois não atinge plenamente as dimensões da solidariedade e do amor, indispensáveis à construção de uma autoestima profissional sólida.

A política, ao mesmo tempo em que promove inclusão por meio do pagamento de bolsas durante a graduação, atua como dispositivo de regulação social e de moralização da escolha docente, podendo reforçar lógicas de produtividade e responsabilização individual. Para que cumpra uma função verdadeiramente transformadora, é necessário que seja articulada a mudanças estruturais mais amplas, tais como: valorização salarial, melhores condições de trabalho, carreira estável e fortalecimento simbólico da profissão docente.

Assim, mais do que garantir a permanência em cursos de licenciatura, trata-se de assegurar uma formação crítica, autônoma e reconhecida socialmente, capaz de consolidar a docência como prática democrática e transformadora.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, S.G. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Educação & Realidade**, n. 34, p. 171-186, 2009.

FOUCAULT, M. *Segurança, território e população*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOURCADE, M; HEALY, K. Moral Views of Market Society. **Annual Review of Sociology**, v. 33, p. 235-311, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.33.040406.131642>.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 ago. 2025